

Prevalência do HIV preocupa deputados

22 Novembro 2016



OS deputados da Assembleia da República estão preocupados com elevada taxa de seroprevalência em Moçambique, que se situa neste momento em 11.5 por cento da população estimada em mais de 25 milhões de habitantes, o que requer maior afinco das acções de prevenção.

São apontados, dentre outros factores, a vulnerabilidade para a infecção pelo HIV e a prática de relações sexuais com múltiplos parceiros sem ou com baixo recurso ao uso correcto e consistente do preservativo.

A informação foi prestada ao plenário pelo Gabinete Parlamentar de Prevenção e Combate ao HIV e Sida sobre as actividades realizadas este ano, que no desempenho das suas funções tem a missão de fiscalizar as actividades do Governo na área de mitigação e redução do impacto provocado pela doença no seio da família moçambicana.

Os dados são do Inquérito Nacional de Prevalência, Riscos Comportamentais e Informação sobre HIV e SIDA em Moçambique (INSIDA), realizado em 2009, que aponta a província de Gaza

como tendo a taxa mais alta 25.1 por cento da população com 1219 mil habitantes e Niassa com a taxa mais baixa de 3.7 por cento dos 1.178 mil habitantes.

Saimone Macuiana, presidente do Gabinete Parlamentar de Prevenção e Combate ao HIV e Sida que fez a apresentação, disse que a precocidade do início da actividade sexual, o ambiente escolar pouco conducente à adopção de comportamentos seguros e a baixa taxa de circuncisão entre os jovens influenciam a contaminação.

Apontou também que o fraco papel das famílias e das estruturas comunitárias na educação dos jovens para a mudança de comportamento, bem como algumas práticas culturais e normas sociais que aumentam o risco de infecção contribuem igualmente para agravar o problema, havendo a necessidade de aumentar e melhorar a actuação de todos actores na prevenção.

Disse que no desempenho das suas actividades, os deputados visitaram recentemente as províncias de Nampula e Zambézia para verificar o cumprimento da lei sobre protecção da pessoa, trabalhador e candidato a emprego vivendo com HIV e da lei que interdita o acesso de menores aos clubes de diversão nocturna e lugares similares.

Foi uma oportunidade, segundo Macuiana, de interagir com as autoridades governamentais a nível provincial e distrital, sector privado, sociedade civil e associações de pessoas vivendo com HIV. Visitaram unidades sanitárias e foram aferir a resposta ao HIV e Sida no sistema penitenciário, assim como advogar para eliminação de casamentos prematuros.

“Verificamos nas duas províncias que há uma boa divulgação das leis aprovadas pela Assembleia da República e são realizadas actividades na área de prevenção, cuidados e tratamento de HIV em crianças e adultos, prevenção de transmissão vertical e mitigação do impacto da doença por parte das autoridades governamentais a nível provincial e distrital. Há também envolvimento do sector privado, sociedade civil e das associações de pessoas vivendo com a doença nestas actividades. Verificamos também a existência de pessoal jovem de saúde, *stocks* suficientes de medicamentos, laboratórios com equipamento operacional nas unidades sanitárias visitadas, o que facilita o trabalho nesta área”, disse Macuiana, para quem a adesão das pessoas ao aconselhamento é significativa, embora reconheça a necessidade de se fazer mais.

Acrescentou que a preocupação geral da população se prende com a exibição pelas televisões de programas que propiciam o início precoce da actividade sexual, bem como a fraca adesão dos funcionários públicos e de outros sectores aos serviços de aconselhamento e testagem.

A situação da prostituição infantil associada aos casamentos prematuros no distrito de Nicosadala, na Zambézia, deixou também os deputados preocupados.

<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/politica/62547-prevalencia-do-hiv-preocupa-deputados.html>